26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 1 – Estudos históricos e historiográficos em Ciência da Informação

OS CONCEITOS DE DOCUMENTO E CLASSIFICAÇÃO: DEBATE A RESPEITO DOS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THE CONCEPTS OF DOCUMENT AND CLASSIFICATION: *A DEBATE ON THE CONCEPTUAL FOUNDATIONS OF INFORMATION SCIENCE*

Carlos Eduardo da Silva Carvalho – Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Ana Cristina de Albuquerque – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo investigar em que medida o par conceitual documento-classificação pode ser compreendido como um fundamento central para a Ciência da Informação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de textos clássicos da área e complementada por uma revisão narrativa da literatura contemporânea recuperada nas bases Brapci e Benancib. Os resultados evidenciam que tanto o conceito de documento quanto o de classificação são compreendidos como construções históricas e sociais, produzidas por processos de mediação e atribuição de significado. Observou-se, ainda, que a literatura frequentemente associa a constituição dos documentos a operações classificatórias e reconhece a classificação como elemento estruturante dos processos de organização e representação da informação. Conclui-se que documento e classificação mantêm uma relação de mútua constituição, configurando um par conceitual capaz de contribuir para a compreensão dos fundamentos teóricos da Ciência da Informação e para o aprofundamento das discussões epistemológicas do campo.
Palavras-chave: documento; classificação; Ciência da Informação; epistemologia; fundamentos.

Abstract: This paper aims to investigate to what extent the conceptual pair document-classification can be understood as a central foundation of Information Science. Methodologically, this is a qualitative bibliographic study based on the analysis of classical texts in the field, complemented by a narrative review of contemporary literature retrieved from the Brapci and Benancib databases. The results indicate that both the concepts of document and classification are understood as historical and social constructs, produced through processes of mediation and meaning-making. Furthermore, the literature frequently associates the constitution of documents with classificatory operations and recognizes classification as a structuring element of information organization and representation processes. It is concluded that document and classification maintain a relationship of mutual constitution, forming a conceptual pair capable of contributing

to the understanding of the theoretical foundations of Information Science and to the advancement of epistemological discussions within the field.
Keywords: document; classification; Information Science; epistemology; foundations.

1 INTRODUÇÃO

Em pesquisa anterior (Carvalho, 2025) as autorias do presente trabalho exploraram os fundamentos teórico e conceituais de duas práticas e tradições ligadas à formação e constituição do campo da Ciência da Informação: a Bibliografia e a Documentação Museológica. A Bibliografia, campo disciplinar estruturado fundamentalmente a partir das produções de Conrad Gesner (Araujo, 2018), encontra em sua realização a dinâmica do *gesto*, que baliza as atividades de "[...] seleção e organização do conhecimento, dentro de um quadro de racionalidade individual" (Crippa, 2016, p. 36). A Documentação Museológica, por sua vez, é a face concreta da prática documental orientada a objetos de museu. Em seu cerne, encontra-se o processo de *musealização* (Desvallées; Mairesse, 2013), movimento onde uma *coisa*, um elemento do mundo, ganha novos atributos e sentido por meio de um processo de seleção e atribuição de significado.

Neste percurso (Carvalho, 2025), ao observar a caracterização das duas práticas acima mencionadas, surgiram como conceitos incontornáveis e centrais o *documento* e a *classificação*. O primeiro, enquanto uma unidade fundamental que possibilita e fornece a base material para a *informação*. O segundo, enquanto um ato inevitável que, ao tomar por objeto o documento, constrói e modela a *informação*. Tanto no caso da Bibliografia, quanto no caso da Documentação Museológica, ambos conceitos se apresentam como unidades fundamentais, num par que sedimenta as práticas do profissional da informação, ou seja, elemento e ato que delimitam e constroem o objeto de que se ocupam e os produtos que de suas práticas derivam.

Assim, a questão problema que se coloca para o presente trabalho é: o par conceitual *documento* e *classificação* é observado, em conjunto, como um fundamento conceitual central para na literatura contemporânea do campo da Ciência da Informação? Para responder o problema postulado, investiga-se aspectos da construção conceitual dos termos *documento* e *classificação* em textos clássicos da área, em um percurso de Revisão Narrativa, ao qual se somam reflexões sobre a temática na literatura contemporânea por meio de levantamento bibliográfico.

A efetivação do percurso proposto e a reflexão em torno dos conceitos aqui observados justificam-se em virtude da diversidade de afluentes na constituição do campo da CI. Verificar a validade e a possibilidade de compreensão de tais conceitos enquanto fundamentais ao campo frente à literatura contemporânea é um exercício que se justifica frente à necessidade de reflexão

constante em relação aos fundamentos teóricos da área. Ortega (2010) argumenta a partir de Fondin, que a corrente dominante em Ciência da Informação é oriunda de formulações teóricas advindas dos Estados Unidos principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, onde se desenvolveu certo abandono da noção de *documento*. Ortega e Saldanha (2019) explicam que houve por meio da propagação do discurso anglo-americano uma grande corrida para definir o conceito de informação, sendo possível verificar a partir do trabalho referido os diferentes momentos de retomada das discussões inauguradas pelo campo da Documentação na literatura influenciada pelas produções anglófonas[1].

A caracterização é de uma pesquisa qualitativa, de método bibliográfico. Foram selecionados, para a discussão, textos clássicos da Ciência da Informação, bem como de áreas atinentes, como a Biblioteconomia e a Documentação. Para o fortalecimento e contraste da análise com a literatura contemporânea da CI, foi realizado levantamento bibliográfico no mês de abril de 2026 nas bases Brapci e Benancib, sem filtro temporal, sem restrições de busca, com as seguintes combinações de termos de busca: "classificação" *and* "fundamentos" *and* "ciência da informação" (33 resultados na Brapci e 8 na Benancib) e "documento" *and* "fundamentos" *and* "ciência da informação" (31 resultados na Brapci e 3 na Benancib), com o objetivo de identificar textos que relacionam a discussão dos conceitos de *documento* e *classificação* com os fundamentos teóricos do campo da CI. Após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos, foram selecionados 9 textos que apresentam reflexões conceituais sobre documento ou classificação, relacionando-os com fundamentos do campo para a leitura completa e inclusão no debate com textos clássicos selecionados previamente. Vale destacar que a construção do debate aqui realizado apresenta resultados de pesquisa desde a articulação do Referencial Teórico apresentado, de maneira que tal proposta justifica-se, como dito, enquanto Revisão Narrativa, abordagem que, diferente da Revisão Sistemática, não recorre a métodos sistemáticos e delimitados de seleção de materiais (Rother, 2007).

Tal proposta de abordagem justifica-se no seguinte sentido: conforme apresentado acima, as diferentes origens e influências teóricas que compõem a CI fazem com que nem sempre se identifique o papel do *documento* enquanto um conceito central para o campo. O levantamento

[1] Ortega e Saldanha (2019) discutem implicações e problemas epistemológicos das diversas abordagens decorrentes dos estudos de Paul Otlet. A questão mencionada tem o objetivo de sinalizar os diferentes influxos em torno do conceito de documento no campo da CI, destacando que, mesmo se tratando de um conceito incontornável para a literatura influenciada pela Documentação, nem sempre o foi por outras correntes teóricas.

bibliográfico em textos de periódicos e anais de eventos utilizando combinações de termos que buscam identificar produções que debatem fundamentos teóricos da CI, possibilita identificar o destaque dado ao conceito na literatura contemporânea da área, bem como identificar a pertinência de sua associação ao conceito de *classificação*, a partir da leitura de como a área a compreende em seus debates. Nesse sentido, os textos recuperados com elementos significativos a este debate, puderam ser lidos e discutidos conjuntamente a textos que fundamentam teoricamente este trabalho no procedimento de revisão narrativa.

Considera-se que a relação entre documento e classificação são conceitos que se constituem de forma contínua e se relacionam dinamicamente, sendo fundamentais não só para a reflexão, mas para a execução de processos estruturais na área da Ciência da Informação

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A construção do objeto de estudo da Ciência da Informação é uma discussão já bastante longeva, caracterizada por uma série de propostas e perspectivas distintas e, por vezes, até conflitantes. Pode-se pensar em formulações clássicas como a de Brookes (1980), que pensa as relações entre mundo físico e mundo intelectual, argumentando em torno da noção de *conhecimento objetivo registrado*. Pode-se também, recordar a abordagem de Buckland (1991), que reconhece as funções da informação enquanto processo, conhecimento, e como *coisa*. Esta última, fornece subsídios para sustentar o olhar para as relações e associações entre objetos dentro de determinado sistema.

A caracterização do objeto de estudo de determinada área do conhecimento depende em grande medida, de certa apreciação histórica de seu desenvolvimento. Fernandes (1995) possibilita que se compreenda a *informação* não como um dado natural a ser processado e controlado, mas como um *produto* da *gestão institucional dos saberes* que tenta religar, aproximar e construir sentido à profusão de registros e documentos de uma modernidade fragmentária. A autora entende o próprio conceito de informação enquanto produto de um arranjo do conhecimento bastante particular, socialmente produzido, condicional. A compreensão do conceito de informação nestes moldes (Fernandes, 1995), enquanto produto de uma época em que a busca por nexos e metanarrativas constitui um importante mote intelectual, reelabora a perspectiva de que vivemos em um mundo de "explosão informacional" que demanda controle e ordenação, sugerindo que a própria informação é já produto das incursões para atribuir sentidos a registros materiais.

Colocadas desta maneira, as questões que sedimentam a caracterização do campo motivam o olhar para os conceitos de *documento* e *classificação*. Ambos são anteriores à consolidação da CI, possuindo grande variedade de interpretações e servindo a diversas áreas do conhecimento. São termos que remetem também ao cotidiano, *documentos* são mobilizados e referidos a todo o tempo, para atividades várias – das jurídicas e administrativas às historiográficas –, *classificações* são operadas pelos sujeitos nas mais básicas atividades em sua relação com os demais (Costa, 1997). Portanto, apresentar tanto elementos de sua conceituação como sobre sua abordagem, é um exercício que enriquece o olhar a si e pode refletir as mudanças que acontecem ao logo do tempo, na área.

2.1 DOCUMENTO, DOCUMENTAÇÃO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ortega (2024) oferece importante contribuição para os estudos que concernem o documento e a documentação, pois a autora destaca a permanência de compreensões antigas na conceituação de documento como a noção muito difundida da definição de documento a partir de seu suporte ou tipologia, bem como o esvaziamento dos processos de mediação na constituição do documento. No primeiro caso, há a ideia de que o que caracteriza um *documento* enquanto tal, é a materialidade do objeto como, assim, trabalhos não publicados, bens imóveis e pessoas são alguns dos exemplos do que não poderia ser considerado documento nesta acepção, enquanto textos escritos e publicados, são compreendidos quase de maneira autoevidente como documentos "válidos" (Ortega, 2024). A prévia determinação do que pode ou não ser um documento, leva ao segundo problema assinalado pela autora: se determinado objeto é por *natureza* documento, desloca-se a percepção de que documentos são objetos mobilizados para tal função, obliterando o papel do sujeito enquanto um produtor ativo de documentos e situando-o enquanto simples guardião dos mesmos (Ortega, 2024).

Uma das maneiras de escapar a tais problemas, é recorrer a alguns dos textos fundacionais do campo da Documentação – que, por consequência, fornecem subsídios centrais para a área da CI. Em seu *Tratado de Documentação* publicado em 1934, Paul Otlet (2018) apresenta o conceito de *bíblion* para atender à necessidade de um termo genérico que abarque todas as espécies de documento possíveis, por ele enumeradas como "[...] volumes, brochuras, revistas, artigos, mapas, diagramas, fotografias, estampas, patentes, estatísticas, até mesmo discos fonográficos, negativos de vidro e películas cinematográficas", uma "[...] unidade intelectual e abstrata, mas que podemos encontrar, concreta e realmente, assumindo diferentes formas" (Otlet, 2018, p. 60).

A definição modelada por Otlet (2018) posiciona o documento enquanto um item *artificial* e, portanto, não natural, que possui determinada utilidade intelectual. Para o pensador belga, esta artificialidade mobilizada pelo intelecto estabelece com as coisas do mundo uma série de relações diversas, significado, amostragem, demonstração e identificação, por exemplo. Outra característica importante que se extrai da definição proposta, é o caráter *derivativo* do documento em relação à *realidade*. A imagem produzida pelo documento não corresponde nesta concepção ao *mundo em si*, sendo mediada pelos sentidos do sujeito, pela inteligência e pela língua (Otlet, 2018).

Em trabalho publicado originalmente em 1951, Suzanne Briet (2016) também se defronta com o problema da definição de *documento*. É este o clássico texto em que aparece o provocativo exemplo do antílope enquanto documento que provoca as reflexões de Buckland (1991). Briet (2016, p. 1) sugere que documento pode ser "[...] todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual". À questão sobre a constituição em documento ou não de uma estrela ou um animal vivo, responde que "Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico" (Briet, 2016, p. 1). É nesse sentido que se discute o exemplo antílope: o animal na natureza, longe do contato e da imaginação humana, ainda não se constitui enquanto documento; contudo, ao ser objeto de uma descoberta e captura, mobilizado para determinados estudos, este animal não apenas é tomado e produzido enquanto documento, como a partir de tal evento se produz toda uma cadeia complexa de produções documentais: objeto no zoológico, posterior empalhamento e conservação no museu, comunicação científica, material para filmes e produtos sonoros, objeto de monografias, enciclopédias e assim por diante (Briet, 2016).

Tal incursão junto ao conceito de documento importa para situar seu potencial em relação aos debates e demandas do campo da CI. Nem sempre a área reconheceu sua necessidade enquanto elemento característico de seu objeto, ou reconheceu sua pertinência para a compreensão do conceito de informação. Lund (2010) explica que a tradução da obra de Otlet para a língua espanhola ainda cedo, favoreceu a apropriação do universo conceitual da Documentação na CI do mundo falante de espanhol, fenômeno não ocorrido nos países anglófonos. Nos países onde se desenvolve a *Information Science*, o conceito de informação passa a receber maior dedicação, distante da ideia de documento (Lund, 2010; Ortega; Saldanha, 2019;

Ortega, 2024). Ortega (2024) destaca que a ênfase nos estudos em torno do documento só retoma força em língua inglesa na década de 1990 – sob a denominação de neodocumentação.

Apesar de alguns distanciamentos históricos, é notável na literatura da CI o reconhecimento da validade e relevância do conceito de documento. Para Lara (2010), é necessário pensar o conceito de informação sempre junto ao conceito de documento, já que este passa a ter relações de significação a partir de sua face concreta – a informação. A própria aproximação dos conceitos a partir de suas raízes latinas podem oferecer contexto para a aproximação conceitual entre documento e informação. Se documento remonta às ideias de *ensinar* e *instruir*, informação remete à ação de informar e à ideia de *dar forma* (Calderon, 2013; Ortega; Saldanha, 2019).

Ao exposto, convém estabelecer um paralelo com a discussão em torno do documento na historiografia. Insumo do qual os historiadores se ocupam para a escrita acadêmica da história, os documentos foram objeto de grandes discussões para esta área do conhecimento. A concepção do documento enquanto um testemunho, meio do qual se poderia *extrair* uma imagem do passado, é alvo de grande crítica que, na produção do francês Jacques Le Goff (2013) culmina na concepção dos documentos enquanto monumentos. No mesmo sentido, argumenta Bloch (2002, p. 83):

> […] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.

Para Le Goff (2013), não existem documentos dotados de *objetividade* em relação ao que representam: não basta atestar a autenticidade de determinado item, já que objeto nenhum constitui um simples e inocente legado do passado. Tudo o que resiste ao tempo e pode ser encarado enquanto um documento, é um monumento do mundo que o condicionou, um "[...] produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (Le Goff, 2013, p. 495).

À discussão aqui empreendida, acrescenta-se a contribuição de Couzinet (2009, p. 14), para quem

> […] não existe documento em si, ou então, para retomar a expressão utilizada por Jean Meyriat "ele está adormecido". Para ativá-lo e lhe conferir a sua função de portador de um conteúdo informacional, é necessário questioná-lo. Assim a questão ou o interesse conferido ao documento, de alguma forma o desperta e o revela. A noção de informação muda, então. Deixa de se limitar a um conteúdo e se vincula a um processo,

> impulsionado pela vontade de se informar. Não existe documento a não ser ligado a essa vontade.

Nesse sentido, compreende-se que os documentos não são entidades que existem naturalmente e fora do tempo histórico, são produzidos sempre por necessidades e pela atuação dos profissionais que com eles se relacionam. É nesse sentido que se propõe a aproximação do conceito de *classificação*, compreendendo-o enquanto um par inseparável do processo de constituição do documento, constituindo um pilar fundamental para a área da CI.

2.2 A CLASSIFICAÇÃO E OS DOCUMENTOS

No presente trabalho, não se pretende afunilar determinada abordagem concreta ou modelo de classificação, a discussão caminha no sentido da compreensão classificação enquanto um processo desencadeado pela ação do sujeito em relação aos objetos de que se ocupa.

A classificação ocupa lugar importante na obra de Otlet (2018), sendo concebida como uma operação fundamental para as demais atividades de processamento documental. Para o autor, é uma atividade que envolve a identificação de semelhanças e diferenças entre objetos, estabelecimento de classes, atribuição de designações e determinação da posição de cada elemento em um conjunto organizado. Embora suas formulações sejam frequentemente associadas ao universo bibliográfico, Otlet (2018) estende tal perspectiva a diferentes domínios, mencionando classificações voltadas a museus, exposições, estatísticas, patentes, mercadorias e até mesmo lojas de departamentos.

As reflexões de Pombo (1998) contribuem para ampliar a compreensão do fenômeno classificatório ao retomar a leitura realizada por Foucault (1990) de um conhecido texto de Jorge Luís Borges. Nesse episódio, Borges apresenta uma classificação de animais cuja organização provoca estranhamento por parecer incompatível com os critérios ordinariamente utilizados para ordenar o mundo. A questão central destacada por Foucault (1990) e retomada por Pombo (1998) não reside propriamente na ausência de lógica da classificação proposta, mas na distância existente entre aquela estrutura e os princípios que orientam nossas próprias formas de categorizar. Antes mesmo da análise de características concretas dos objetos, a possibilidade de classificação encontra-se condicionada por modos de pensar e organizar a vida. Assim, no exemplo, categorias de animais como “pertencentes ao imperador”, “sereias”, “que se agitam como loucos”, “inumeráveis” ou “etc.” (Borges, 2000) produzem estranhamento justamente porque desafiam a maneira como comumente ordenamos a realidade.

Uma definição clássica para o termo é apresentada por Piedade (1983, p. 16), para quem "Classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos". Tal compreensão permite reconhecer a amplitude da atividade classificatória na experiência humana. Desde tarefas ordinárias, como a escolha de alimentos ou o reconhecimento de espécies animais, até formas mais elaboradas de organização do conhecimento, os sujeitos mobilizam continuamente operações de agrupamento, distinção e ordenação. Nesse sentido, a classificação envolve a constituição de conceitos e a percepção de categorias capazes de reunir elementos distintos sob determinados critérios (Piedade, 1983).

A presença da classificação na vida humana é destacada também por Albuquerque (2012), que a compreende como uma tendência constitutiva da experiência social. Desde a infância, os indivíduos aprendem a distinguir formas, reconhecer padrões e agrupar elementos, desenvolvendo competências classificatórias que acompanham sua inserção no mundo. Sob essa perspectiva, as classificações científicas podem ser compreendidas como desdobramentos de práticas classificatórias mais amplas, nas quais já se encontram presentes princípios de hierarquização, associação e diferenciação (Albuquerque, 2012). Ainda segundo a autora, a classificação não é uma atividade exclusivamente individual. Diversas abordagens antropológicas apontam para sua constituição no interior da vida coletiva, evidenciando que os critérios utilizados para ordenar o mundo são produzidos e compartilhados socialmente. Depreende-se, assim, que as classificações não apenas refletem a cultura, mas participam ativamente de sua construção e reprodução. Nessa direção, Costa (1997) argumenta que os sujeitos classificam continuamente pessoas, objetos e situações em suas interações cotidianas, práticas que contribuem para a formação de sistemas classificatórios mais formalizados. Tais modos de ordenar a experiência são transmitidos e reforçados por diferentes instâncias da vida social, entre elas a família, a escola, o trabalho e instituições informacionais como as bibliotecas (Albuquerque, 2012; Costa, 1997).

Um aspecto central para a compreensão da classificação consiste em reconhecer sua necessária historicidade. Os sistemas classificatórios não emergem de forma independente dos contextos em que são elaborados; ao contrário, respondem às formas de perceber, organizar e interpretar a realidade disponíveis em determinado momento. Todo sistema classificatório tende a apresentar adequação às demandas intelectuais e práticas do contexto em que foi concebido. Nessa direção, Vickery (1980, p. 187) observa que "[...] quanto mais uma classificação se adaptar a uma determinada época, menos adequada será para qualquer outra". Tal perspectiva aproxima-

se da reflexão de Pombo (1998), para quem os sistemas classificatórios constituem referenciais indispensáveis para a orientação dos sujeitos diante da complexidade do mundo.

Ao discutir o conceito de classificação, Hjørland (2017) destaca a coexistência de diferentes sentidos para o termo. Em primeiro lugar, classificação pode designar tanto a atividade de classificar quanto o resultado produzido por essa atividade. Além disso, o autor distingue um sentido amplo e um sentido restrito do conceito. No primeiro caso, a classificação encontra-se presente nas próprias operações linguísticas cotidianas, por meio das quais os sujeitos descrevem, aproximam, diferenciam e organizam fenômenos mediante conceitos. No segundo, refere-se a sistemas classificatórios formalizados, construídos para tratar domínios específicos da realidade. Em ambas as acepções, a classificação opera a partir da identificação de atributos e de seus respectivos valores, estabelecendo relações entre objetos segundo critérios determinados (Hjørland, 2017).

A caracterização proposta por Pombo (1998) contribui para explicitar os elementos envolvidos nesse processo. Segundo a autora, toda classificação pressupõe um mecanismo responsável por sua operacionalização, orienta-se por finalidades específicas e delimita um domínio particular de incidência. Nenhum sistema classificatório surge isoladamente: sua elaboração mobiliza classificações anteriores, reelabora critérios já existentes e produz uma estrutura própria para representar determinado conjunto de fenômenos. A classificação apresenta-se, assim, como resultado de uma construção intelectual situada, vinculada tanto a tradições precedentes quanto aos objetivos que orientam sua formulação.

Entre as discussões mais relevantes sobre o tema encontra-se a oposição entre duas formas de compreender a atividade classificatória. De um lado, situa-se a perspectiva segundo a qual as divisões do mundo seriam naturais e caberia à classificação apenas identificá-las e representá-las adequadamente. De outro, encontram-se abordagens que compreendem as classificações como produtos da ação humana. Pombo (1998, p. 8) questiona a possibilidade de uma classificação plenamente natural ao afirmar que "[...] nenhuma classificação natural é possível, que qualquer classificação implica uma irredutível arbitrariedade. Tendo por base o estabelecimento de classes e suas respectivas fronteiras, a classificação mais não faz do que quebrar, violenta e arbitrariamente, a cadeia de imperceptíveis nuances que liga os seres entre si".

Contudo, a crítica à ideia de naturalidade não conduz necessariamente à rejeição dos sistemas classificatórios. Pombo (1998) adverte que reconhecer o caráter construído das

classificações não significa abdicar de sua utilização, mas compreender de maneira mais explícita os pressupostos que orientam sua elaboração. Sob esse entendimento, as classificações não constituem representações neutras da realidade, mas formas particulares de organizar a multiplicidade dos fenômenos a partir de determinadas posições de observação. Conforme argumentam Pombo (1998) e Hjørland (2017), é justamente o reconhecimento desses condicionantes que permite uma reflexão mais consciente sobre os critérios, interesses e escolhas envolvidos em todo processo classificatório.

Nesse sentido, as classificações surgem como um importante procedimento de ordenação da realidade dentro de sistemáticas do conhecimento. Ao aproximar esta compreensão do conceito, da compreensão estabelecida acima em relação ao conceito de documento, torna-se possível discutir a aproximação entre ambos e observar as potencialidades deste imbricamento conceitual – caminho a ser explorado na seção de resultados.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em consideração os pressupostos da Revisão Narrativa, nesta seção, será realizada a aproximação de textos recuperados em bases de periódicos e eventos de circulação contemporânea, para identificar a pertinência do debate e da aproximação conceitual proposta.

Dentre os materiais recuperados, destaca-se o texto onde Dahlberg (1978) discute aspectos dos fundamentos teóricos da classificação, abordagem que em muito se aproxima de sua teoria do conceito. É importante notar a aproximação realizada pela autora do processo classificatório com a operação de conceitos que em sua compreensão, se caracterizam por elementos *verdadeiros* dos objetos (Dahlberg, 1978). Apesar da produção teórica da autora apresentar pontos de divergência significativos com outros autores aqui discutidos, pode-se identificar no texto de Dahlberg uma relação possível entre classificação e documento.

Silva e Gomes (2015) elaboram ampla reflexão sobre o conceito de informação para o campo da CI, argumentando que informação precisa estar associada a outros conceitos, como documento, dado, comunicação, estrutura, mensagem ou texto. Desta maneira, sustentam o conceito de informação é relacional. O papel atribuído ao documento na produção das autorias, é o de “Materialidade enunciativa e crítica” (Silva; Gomes, 2015, p. 149), cumprindo um papel no plano material das relações de interação entre sujeito/autor e sujeito/usuário (Silva; Gomes, 2015). Ainda, os autores localizam o documento enquanto um dos meios (junto a tecnologias, acervo e

fontes de informação)[2] "[...] para que os ambientes sociais e canais dinamizem suas estratégias e ações para construção, organização, representação, acesso e uso da informação" (Silva; Gomes, 2015, p. 151, grifo dos autores).

Almeida (2011) reconhece o distanciamento histórico que se produziu entre a Ciência da Informação e o conceito de documento. O autor propõe uma integração entre os conceitos de documento e informação, para que a noção de documento possa operar como uma base comum para as discussões de Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e CI. Para o autor, o documento é um avanço das potencialidades da linguagem, concatenando atributos de externalização e autonomia, bem como permanência ao longo do tempo e transportabilidade pelo espaço. O autor frisa, ainda, a artificialidade e vinculação à função que caracterizam o documento.

Lara e Mendes (2022) argumentam em defesa de uma perspectiva em que os documentos são artefatos que possuem por característica evocar significados, de maneira que cada documento constitui uma parcela de uma comunidade compartilhada - não seria algo intrínseco ao documento que desempenha o papel informativo, mas as relações sobre eles estabelecidas. É nesse sentido que as autorias discutem as comunidades documentárias compartilhadas. Sob esta perspectiva destacam como necessidades para o desempenho da Análise Documentária a atenção a que,

> Documentos são produzidos e configurados de diferentes modos em diferentes áreas. Entender sua estrutura é fundamental para que se possa identificar adequadamente as informações essenciais nele presentes, suas informações brutas, de modo a que elas possam ser apropriadamente representadas para que os usuários de um sistema de informação possam recuperá-las. [...] A última variável exógena é o próprio documentalista, o profissional responsável pela produção dos resumos e índices, cujo estoque de conhecimento anterior e ideologia influenciam a produção da informação documentária (Lara; Mendes, 2022, p. 106).

Ao discutir o conceito de documento a literatura reconhece, de diferentes formas, o papel do sujeito e as ações extrínsecas ao objeto em sua configuração. Quando retornamos aos procedimentos classificatórios, podemos observar abordagens como a de Araújo (2006), que concorda com o caráter social das classificações, configurando sua antecedência em relação a determinada formalização. Em relação à relação das classificações com os documentos, frisa seu caráter funcional, a despeito de classificações mais amplas, como a das áreas do conhecimento,

[2] Destacamos a não identificação imediata entre *documento* e *fonte de informação*. A última pode ser compreendida de maneira bastante funcional enquanto um recurso para obter respostas de maneira ampla, podendo incluir documentos, pessoas ou instituições, por exemplo (Cunha; Cavalcanti, 2008). O *documento* conforme apresentamos no presente trabalho, é um recurso em formatos e características múltiplas, produzido e mobilizado historicamente para fins diversos, não voltados intencionalmente à efetivação do acesso à informação.

destacando a existência de certo pragmatismo na classificação e arranjo de documentos vinculado à sua recuperação.

Amaral e Kobashi (2017) discutem a classificação arquivística, destacando seu papel de princípio determinante para os demais procedimentos de organização da informação. Outra questão importante apontada pelo trabalho em questão, é a associação construída entre classificação e documento. Para as autorias, "A classificação nos arquivos é a atividade inicial do processo de organizar documentos" (Amaral; Kobashi, 2017, p. [7]). Tal perspectiva soma-se ao defendido anteriormente por Carvalho (2025) ao estudar procedimentos da Bibliografia e da Documentação Museológica. Para Amaral e Kobashi (2017), a classificação é base dos procedimentos de gestão documental, e classificar, ressaltam, "[...] é dar valor aos documentos" (Amaral; Kobashi, 2017, p. [9]).

Em Almeida e Teixeira (2020) há incursões em diversas abordagens em torno das teorias da classificação. Enfatiza-se a necessidade de pensar os objetivos de determinada tarefa para a adoção de uma perspectiva classificatória. Segundo as autorias, abordagens que visam modelagem para automação e inferências podem se beneficiar de uma perspectiva de Ontologia Aplicada, enquanto vocabulários orientados para a recuperação da informação podem ser favorecidos por pressupostos da Organização do Conhecimento.

Amorim e Medeiros (2017) destacam ainda, a atuação do profissional da informação nos momentos que denominam de representação primária e secundária, agindo sobre o conhecimento e a informação, no sentido primário, na produção representações de natureza ontológica, produzindo documentos; no sentido secundário, a produção de representações de natureza epistemológica, representações dos documentos. Ainda, as autorias destacam que "Enquanto a identidade documentária aprofunda a possibilidade de equivalência entre as séries, o indomável as separa, promovendo erupções de simulacros que trazem o possível às representações, são verdadeiros contra-poderes." (Amorim; Medeiros, 2017, p. [19]). Nesse sentido a proposta destaca a necessidade da inclusão da diferença na dinâmica da produção de representações, com vistas a conduzir tensões na estabilidade das séries.

Como pode-se observar, é possível identificar diversas aproximações entre os conceitos de documento e classificação enquanto conceitos fundamentais para o campo da CI, por mais que por diversas vezes a associação não seja explicitada e elaborada de maneira direta. Alguns dos trabalhos observados acima, como os de Silva e Gomes (2015) e de Lara e Mendes (2022), permitem inferir a relevância do processo classificatório na produção e condicionamento dos documentos, o mesmo

se dá no caso de Amorim e Medeiros (2017), abrindo a possibilidade de aprofundar esta relação em processos tanto de representação primária como secundária. Textos como os de Amaral e Kobashi (2017), por sua vez, abordam de maneira explícita a caracterização dos procedimentos de classificação enquanto procedimentos de agregação de valor aos documentos, formulação que confere força à proposta de leitura conceitual conjunta entre classificação e documento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que a literatura aborda o papel de cada um dos conceitos aqui explorados de maneira muito diversa, são várias as correntes teóricas e perspectivas mobilizadas para a discussão de conceitos nem sempre concordantes de documento ou classificação. Contudo, o exercício de conceitualização ampla de documento, enquanto elemento transversal para diversas práticas atinentes ao campo da CI, e de classificação, enquanto processo mental humano desencadeado de maneira irremediável das práticas informacionais, possibilitam sugerir a compreensão conjunta destes conceitos enquanto um par necessário para pensar problemas do campo. Entende-se que se reforça a partir dos materiais consultados a perspectiva de que o conceito de *documento* é indispensável para o estabelecimento dos fundamentos da CI, relação nem sempre assumida na literatura que por vezes privilegia o conceito de *informação* de maneira desconectada de *documento*. Nesse sentido, destaca-se o papel da *classificação* enquanto um motor que encadeia a produção e configuração do documento e suas condições de possibilidade.

Conforme exposto ao longo do texto, os documentos não existem por decretos que corram por fora da história, e sua presença em unidades informacionais e disposição a usuários, apenas para tratar de um caso concreto, são inteiramente condicionadas pela ação humana (Bloch, 2002). O tratamento, a preservação e o acesso são determinados por sujeitos em procedimentos que passam ao largo de uma dimensão exclusivamente técnica. É neste sentido que a *classificação* ganha força e a vinculação à ideia de *monumento* ao *documento* proposta por Le Goff (2013) torna-se especialmente fundamental ao campo informacional e às áreas de atuação destes profissionais: arquivos, museus, bibliotecas etc.

Se o documento constitui um elemento básico para a área, e é caracterizado por uma produção e construção de significado constante por parte de seu tempo e dos agentes que sobre ele atuam (Bloch, 2002; Le Goff, 2013), o é precisa e necessariamente a partir de procedimentos classificatórios, sejam eles explícitos, como em sistemas com alto grau de formalização (Vickery, 1980), sejam eles menos explícitos, na seleção e ao longo de etapas do tratamento documental

(Pombo, 1998; Albuquerque, 2012). Observando o fenômeno pela via contrária, os procedimentos de classificação, centrais para a prática dos profissionais da informação, só podem se realizar concretamente quando sobre documentos, produzindo-os enquanto monumentos (Le Goff, 2013). A compreensão do documento nesta chave interpretativa, associada diretamente ao conceito de classificação, é indispensável para o profissional da informação, que deve entender seus objetos de trabalho enquanto historicamente situados e determinados, condicionados não apenas por contingências a ele anteriores, como também a dinâmicas diretamente a ele relacionadas. Nesta perspectiva conceitual, o profissional toma consciência de que atividades de organização e representação de determinado objeto são constituintes do próprio objeto em si.

Na literatura observada por meio do levantamento de materiais publicados em periódicos foi possível observar o recurso tanto ao conceito de *documento* enquanto um possível fundamento para o campo, bem como ao conceito de *classificação*. Os textos analisados apresentam estes usos, contudo, de maneira quase sempre isolada. O que se destaca no presente trabalho, é a necessidade de operacionalização sempre conjunta de *documento* e *classificação,* tanto para caracterizar o trânsito entre a dimensão concreta da informação com seu fundamental procedimento condicionante e ordenador, quanto para fornecer substrato para discussões contemporâneas, tanto vinculadas a problemas da organização e representação do conhecimento, como de sua mediação (possibilitando, inclusive, observar entrelaçamentos entre suas dimensões).

A aproximação deste par conceitual indica também um caminho para a caracterização e desenvolvimento de estudos que focalizem o objeto do campo em proximidade com a proposta de Fernandes (1995), que identifica na tentativa de exercer controle sobre saberes dispersos a produção do objeto informação. O par conceitual documento-classificação deve ser explorado em outras abordagens que investiguem sua relação mútua de produção e produto, retomando uma curiosa indicação de Otlet (2018, p. 670) que ao discutir o futuro, caracterizava a classificação enquanto "[...] pedra angular do pensamento e do documento".

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **A classificação de documentos fotográficos**: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/103378. Acesso em: 12 mar. 2026.

ALMEIDA, Carlos Henrique Marcondes de. M. Arquivologia, biblioteconomia e documentação: o lugar da ciência da informação entre as ciências da documentação. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 1, 2011.

Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9655445. Acesso em: 12 mar. 2026.

ALMEIDA, Maurício Barcellos; TEIXEIRA, Lívia M. D. Revisitando os fundamentos da classificação: uma análise crítica sobre teorias do passado e do presente. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, número especial, p. 28-56, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22282. Acesso em: 12 mar. 2026.

AMARAL, Cléia Márcia Gomes do; KOBASHI, Nair Yumiko. Organização da informação nos arquivos: classificação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. **Anais** [...]. Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/104174. Acesso em: 12 mar. 2026.

AMORIM, Igor Soares; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basilio. Fissuras indômitas da representação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. **Anais** [...]. Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/104798. Acesso em: 12 mar. 2026.

ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. **Sobre a eminência e o eco da Bibliografia:** nos rastros do método bibliográfico gesneriano e dos fundamentos do campo. 2018. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-13092018-144446/pt-br.html. Acesso em: 12 mar. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n. 22, p. 117-140, 2º sem. 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p117. Acesso em: 12 mar. 2026.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORGES, Jorge Luis. O idioma analítico de John Wilkins. *In:* BORGES, Jorge Luis. **Outras inquisições:** Obras completas II. São Paulo: Globo, 2000.

BRIET, Suzane. **O que é a documentação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, [*s. l.*] v. 2, n. 3-4, 125-133, 1980. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016555158000200302. Acesso em: 12 mar. 2026.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [*s. l.*], v. 42, n. 5, p. 351-60, Jun. 1991. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199106%2942%3A5%3C351%3A%3AAID-ASI5%3E3.0.CO%3B2-3. Acesso em: 12 mar. 2026.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CARVALHO, Carlos Eduardo da Silva. **A bibliografia e a documentação museológica**: aspectos da construção histórico-epistemológica do campo da Ciência da Informação no Brasil a partir dos conceitos de documento e classificação. 2025. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. Disponível em: https://repositorio.uel.br/handle/123456789/19439. Acesso em: 12 mar. 2026.

COSTA, Antonio Firmino. Classificações sociais. **Leitura:** Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out. 1997.

COUZINET, Viviane. Complexidade e documento: a hibridação das mediações nas áreas em ruptura. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 10-16, set. 2009. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/750. Acesso em: 12 mar. 2026.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

CRIPPA, Giulia. Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. especial, p. 23-40, ago. 2016. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/es/article/view/118748. Acesso em: 12 mar. 2026.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da Classificação, Ontem e Hoje. Tradução do inglês por Henry B. Cox. *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1., 1972, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Brasilia: IBICT; ABDF, 1979. Disponível em: https://eooci.uff.br/teoria-da-classificacao-ontem-e-hoje/. Acesso em: 12 mar. 2026.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FERNANDES, Geni Chaves. O objeto de estudo da Ciência da informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 25-30, jan./jun. 1995.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

HJØRLAND, Birger. Classification. **Knowledge Organization**, [*s. l.*], v. 44, n. 2, 2017. Disponível em: https://www.imrpress.com/journal/KO/44/2/10.5771/0943-7444-2017-2-97 Acesso em: 12 mar. 2026.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e signiicação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. *In:* FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. (org.). **Documento**: gênese e contextos do uso. Niterói: EdUFF, 2010.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; MENDES, Luciana Corts. A representação do conhecimento na contemporaneidade. **Fronteiras da Representação do Conhecimento**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2022.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LUND, Niels Windfeld. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, [*s. l.*], v. 66, n. 5, p. 734-749, 2010. Disponível em: https://www.emerald.com/jd/article-abstract/66/5/734/204296/Document-text-and-medium-concepts-theories-and?redirectedFrom=fulltext. Acesso em: 12 mar. 2026.

ORTEGA, Cristina Dotta. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação. *In*: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. (org.). **Documento**: gênese e contextos do uso. Niterói: EdUFF, 2010. p. 57-80.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Organizar para socializar**: a função social da mediação documentária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. esp., p.189-203, jan./mar. 2019. Disponível em: https://new.scielo.br/j/pci/a/6HSgrbhV5BJgkb6HXxnw3BK/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 12 mar. 2026.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.

PIEDADE, Maria A. Requião. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leituras**: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, n. 2, 1998. Disponível em: https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/investigacao/opombo-classificacao.pdf? Acesso em: 12 mar. 2026.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta paul. enferm**., [*s. l.*], v. 20, n. 2, p. 1-2, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 12 mar. 2026.

SILVA, Jonathas Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/145. Acesso em: 12 mar. 2026.

VICKERY, Bryan Campbell. **Classificação e indexação nas ciências**. Tradução Maria Christina Girão Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.